

A missão do Parlamento

Só hoje começa realmente a sessão legislativa de 1984, após a abertura simbólica, em vésperas de carnaval.

Nunca será demasiado insistir nas implicações e consequências da livre opção brasileira pela democracia representativa, como um dos seus objetivos nacionais permanentes. A participação, organizada institucionalmente, foi reconhecida enquanto um dos pilares, ao lado da segurança e do desenvolvimento. O Legislativo é o máximo canal de expressão da participação legalizada.

Pois se engana quem limita a função do Congresso a legislar. Isto é importante, mas aparece ao término de um processo, iniciado por sucessivos degraus. Começando pela missão de foro dos grandes debates nacionais, lá, melhor que em qualquer parte, porque toda democracia é democracia de partidos. E partido político quer mesmo ganhar eleições e assim chegar pacificamente ao poder.

Ao longo do caminho, multiplicam-se as inevitáveis crises. O Parlamento serve então de seu esvaziador, desembocadura onde se diluem as torrentes, de modo sistemático, por maiores que sejam.

A própria palavra "Parlamento" deriva do verbo latino "falar". Portanto, o lugar onde se fala, no sentido de discussão, que nem sempre se apresenta tranqüila. Por vezes agitada. Mesmo as-

sim, melhor a violência verbal que a física. Agora mesmo, a Mesa da Câmara dos Deputados resolveu liberar as atas das sessões secretas de algumas décadas atrás. Ali logo se vê a inestimável contribuição congressual ao esfriamento das tensões, à descarga das emoções coletivas. Temas que poderiam ter explodido a Nação acabaram esvaziados após apaixonadas discussões. Sem o Parlamento, aquilo teria tomado o rumo da agitação de rua, de consequências dramáticas.

É bom que os parlamentares tenham sempre isto em vista. As denúncias precisam ser concretas, documentadas. Elas repercutirão pela história afora, farão também parte da memória nacional.

A Nação brasileira comprovou-se ser daquelas que não dispensam o seu Poder Legislativo representativo. Ao longo de mais de cento e cinquenta anos, esteve fechado durante menos de oito anos, o período do Estado Novo. Fora dele, as crises vão e voltam, ameaçam o Congresso mas ele sempre sobrevive. Pertence à própria tradição nacional.

A ele vem cabendo, no Colégio Eleitoral, a responsabilidade suprema de eleição do Presidente da República. No ano corrente, esta decisão será tomada, em meio a exaustivos debates. Será outro momento decisivo para o prestígio do Parlamento. Dele precisa partir, mais uma vez, o exemplo fundamental. Sua esco-

lha marcará os próximos anos. Ainda mais se o mandato presidencial for encurtado, por estranho que pareça à primeira vista. E que estará implícita a opção por eleições presidenciais diretas, daí em diante. Outra fase da vida brasileira.

Não há como fugir a este quadro de dever público.

O Congresso Nacional terá de prestar contas aos eleitores. Em média, cerca de sessenta por cento dos parlamentares não costumam ser reconduzidos.

Também existem outras questões importantes para a vida do País. Além das duas funções referidas, a de eleição do próximo Presidente da República e fixação das novas regras do jogo eleitoral, ao lado de estuário das crises, continuam de pé as missões de fiscalizar os demais Poderes e, enfim, de legislar. Urgentes questões aguardam a definição do Parlamento. Por mais decisivas que sejam as palavras, é indispensável construção de fatos. O Legislativo necessita acompanhar a marcha dos acontecimentos, não se deixando ficar para trás.

Claro que a experiência dos parlamentares antigos e o ardor dos novos sabem muito bem de tudo isto. Mas nunca é demais insistir, exatamente por desejo de que a nova sessão legislativa prossiga o itinerário de fidelidade da instituição a si mesma.